

A agroecologia e o desenvolvimento sustentável: uma construção teórica para a análise da agricultura familiar*

Maria Jaqueline Elicher
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este trabalho pretende analisar o desenvolvimento rural sustentável, através das práticas agrícolas alternativas, com ênfase na agroecologia. O município de Antônio Carlos, parte do cinturão verde da Grande Florianópolis, é muito importante no abastecimento do mercado regional e conseqüentemente foi escolhido como espaço de investigação empírica. Os resultados mostram que alguns produtores familiares adotaram práticas agroecológicas como uma alternativa para o modelo da revolução verde, que pode também reduzir os desequilíbrios ambientais e aumentar a renda familiar. A agroecologia, como modelo de desenvolvimento

Abstract

This work intends to analyze rural sustainable development, through household farms alternative agricultural practices, with emphasis in agroecology. The municipal district of Antônio Carlos, part of the Florianópolis green belt, is very important in regional market supply and consequently has been chosen as an empirical space of investigation. The results shows that some householders have adopted agroecological practices as an alternative to the green revolution model, which can reduce environmental instabilities and increase family income. Agroecology as a model of sustainable development is involving

* The agricultural ecology and sustainable development

sustentável, encontra-se em construção no plano teórico e prático. Esta alternativa requer maior envolvimento da sociedade e suporte do Estado.

both theoretically and in practice. This alternative requires more engagement of the society and support of the state.

Palavras-chave: Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento sustentável.

Keywords: household farms, agroecology, sustainable development.

1 - Introdução

Antônio Carlos insere-se na microrregião da Grande Florianópolis e localiza-se ao norte da Capital do Estado de Santa Catarina. Na área em questão, predomina propriedades agrícolas familiares que são responsáveis por uma parcela considerável do fornecimento de produtos *in natura* aos mercados consumidores locais e regionais. Segundo dados fornecidos pela Central de Abastecimento de São José (Ceasa/SC), 32% das frutas, legumes e verduras comercializadas são provenientes do *cinturão verde*, formado por 21 municípios¹.

Cerca de 700 famílias produzem nos 2,5 mil hectares do município todas as variedades de verduras e legumes e algumas variedades de frutas, o que representa mais de 80% de sua economia (dados fornecidos pela Empresa de Pesquisa e Assistência Agropecuária de Santa Catarina - Epagri). Antônio Carlos é um dos principais produtores de hortaliças e responsável por abastecer a CEASA e supermercados da região fornecendo, em média, 50 mil toneladas/ano.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas com o baixo preço de comercialização dos produtos e o alto custo dos insumos, aliados à ausência de incentivos públicos para a agricultura no país e a instabilidade do setor, têm levado muitos produtores a procurar alternativas para vencer as adversidades e, entre elas, destaca-se a produção agroecológica.

¹ Fazem parte do chamado *cinturão verde* os municípios que compõe a mesorregião da Grande Florianópolis: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino, Angelina, Leoberto Leal, Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Paulo Lopes, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Anitápolis, São Bonifácio e Águas Mornas. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, 2000).

O tipo de colonização², a posse da terra e a presença das agroindústrias (concentradas mais ao Sul e a Oeste), fizeram de Santa Catarina um dos estados “beneficiados” pelas políticas governamentais que visavam a modernização da agricultura e dos sistemas de abastecimento de gêneros alimentícios a fim de atender o consumo gerado pelo crescimento acelerado dos centros urbanos do país, no final dos anos 60.

A partir daí, a produção especializada de hortaliças para suprimento do mercado passou a ganhar espaço em vários municípios de Santa Catarina, aí incluído Antônio Carlos. Além dos incentivos creditícios oferecidos pelo Estado para financiar a produção, foram desenvolvidas ações para modernizar o sistema de transporte e de comercialização dos produtos nos maiores centros urbanos do país.

No caso de Antônio Carlos, outro fator que contribuiu para a rápida expansão espacial da atividade hortícola foi a localização geográfica, ou seja, a proximidade de centros urbanos com grande potencial de consumo, no caso São José e Florianópolis, que vinham se constituindo pólos atrativos para populações externas, principalmente a Capital que exercia posição importante enquanto centro político-administrativo estadual e também de ensino, com a expansão da Universidade Federal.

Além dos fatores citados, os aspectos naturais da área, conjugados ao tamanho das propriedades foram fundamentais no processo de expansão da atividade hortícola e ela se constituiu como mola propulsora do desenvolvimento econômico local. Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Agropecuário, para o ano de 1970, dos 599 estabelecimentos rurais, 180 possuíam menos de 10 hectares, cuja exploração é feita à base de mão-de-obra familiar.

No entanto, assim como outras especializações agrícolas, a horticultura sofreu efeitos da falta de apoio público e isto resultou em dificuldades, ameaçando a sobrevivência e a permanência do agricultor familiar no mercado e no meio rural. Isso pode ser demonstrado com o processo de parcelamento da terra no município. No ano de 1995, dos 715 estabelecimentos rurais, 374 possuíam menos de 10 hectares. Essa configuração fundiária, cada vez mais parcelada, demonstra as dificul-

² O município foi povoado por imigrantes alemães a partir do ano de 1839, e açorianos que se instalaram no município após 1929, quando já haviam fundado várias cidades do litoral de Santa Catarina. Os imigrantes, produtores familiares, trouxeram de seus países as técnicas agrícolas e os costumes da vida no campo, o que foi importante no desenvolvimento econômico da região.

dades do produtor em se manter proprietário dos meios de produção. As características mais particulares do município- referência do estudo e as políticas públicas de apoio serão melhor analisadas em outro item.

A partir dessas considerações, objetivou-se analisar as questões relativas ao desenvolvimento sustentável, via práticas agrícolas alternativas da produção familiar, com destaque para a agroecologia. As reflexões teóricas foram associadas com as transformações em curso no município de Antônio Carlos/SC e no país de maneira geral.

O trabalho também aborda o discurso da busca por um novo modelo de desenvolvimento da sociedade, muito em voga na atualidade, a sustentabilidade. Essa noção foi concebida numa visão global, através do discurso de que incorpora em si o 'desejo' das nações em proporcionar uma melhor distribuição das riquezas do planeta. Teoricamente, esse modelo (considerado ainda em construção) objetiva conciliar o crescimento econômico com as questões sociais e a utilização dos recursos naturais, para que possam ser reduzidas as desigualdades entre os povos.

2 - As transformações na agricultura brasileira

2.1 - O processo de modernização

As tentativas de desenvolvimento da agricultura brasileira se refletem na atualidade, seja na esfera econômica, social ou ambiental, estando suas conseqüências expressas pelas desigualdades sociais tanto no meio rural como nos centros urbanos.

A evolução do tão esperado crescimento econômico fundamentou-se na modernização tecnológica da agricultura, principalmente a partir dos anos 60. A meta do projeto modernizante era aumentar a produtividade do setor agropecuário para que o país pudesse competir no mercado externo, integrando-o ao setor industrial.

Para tanto, coube ao Estado brasileiro, a exemplo de outras economias subdesenvolvidas, a intervenção nos processos produtivos a fim de proporcionar a adaptação da economia nacional aos interesses gerais do capital internacional. O processo intervencionista privilegiou determinadas categorias de produtores, regiões e produtos e teve como principal ação a importação de um pacote tecnológico, assentado em elementos químicos e mecânicos, originário da Segun-

da Guerra. Tal pacote visava promover a produção em grande escala e, conseqüentemente, aumentar a produtividade agrícola. O que se assistiu, no entanto, foi a implantação de um pacote homogêneo, totalmente inadequado às condições físicas e sociais do país, mas obviamente bastante apropriado para a instalação definitiva das indústrias das grandes potências mundiais em território nacional.

A proposta de milagre da “revolução verde” não levou em conta as diferenciações regionais e interpessoais dos produtores. Tendo uma abrangência desigual, a modernização provocou muitos impactos negativos e aumentou ainda mais os custos da busca pelo desenvolvimento. A produção intensiva e extremamente dependente, tanto com relação aos pesticidas e fertilizantes, como maquinários e meios de transporte, mostra o caráter excludente das políticas públicas de incentivo à modernização que manteve à margem do processo significativa parcela dos agricultores brasileiros.

A homogeneização das técnicas produtivas levou a um rápido esgotamento do modelo de produção industrial, provocando um aumento ainda maior das desigualdades sociais no campo brasileiro, além da degradação ambiental que se coloca entre os maiores custos deste processo. O custo ambiental aconteceu em função da degradação excessiva dos solos e dos cursos d’água, provocados principalmente pela prática inadequada de culturas e utilização intensiva de fertilizantes e pesticidas, que visavam a busca de máximo rendimento em prazo mínimo. Atualmente, o gasto com recuperação de áreas antes agricultáveis vem onerando os custos do pequeno produtor familiar, não só no Brasil como também em outros países periféricos, incluídos nas estratégias de expansão do capital industrial.

Nas últimas décadas, o modelo de desenvolvimento econômico, também chamado de científico-tecnológico, provocou significativas mudanças na organização das sociedades, inclusive nos países líderes que também passaram a se preocupar com o esgotamento de seus recursos naturais e com os constantes desequilíbrios ambientais em nível global. Surge então a necessidade de se articular um espaço menos susceptível ambientalmente, que associe práticas agrícolas tradicionais aos recursos da ciência moderna, através da biotecnologia, e que proporcione um maior equilíbrio sócio-econômico entre as sociedades numa esfera planetária. Essa tentativa, que

passa a ser designada de “segunda revolução verde”, visa a busca do equilíbrio ecológico, ou seja, da sustentabilidade ecológica dos novos sistemas produtivos (SACHS, 1994).

2.2 - A busca por um “novo” desenvolvimento sócio-econômico: sustentabilidade

Através da eclosão das discussões a respeito dos problemas sócio-ambientais que afetam o mundo atual de maneira geral, mais do que nunca se torna necessário pensar outras formas de se desenvolver, sem que, para isso, a “saúde” do planeta Terra seja comprometida.

As noções de desenvolvimento econômico recobrem múltiplas facetas e permite apropriações e leituras divergentes, as quais podem ser encontradas na literatura especializada. De qualquer forma, existe consenso sobre a importância do desenvolvimento econômico na organização das relações sociais e políticas. Mas, delimitar esta questão tem sido uma tarefa complexa. Segundo Ribeiro (1991) há uma crise nos modos de pensar desenvolvimento e é preciso ter cuidado.

A abrangência desta noção recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar... (p.60).

Para Ribeiro (1991), as constantes mudanças nas formas de reprodução da vida humana têm levado a uma reformulação da noção de desenvolvimento criada no pós-guerra, a partir dos rearranjos sócio-políticos ocorridos no sistema econômico mundial. Pois, naquele momento estavam configuradas duas concepções ideológicas antagônicas sobre a noção de desenvolvimento: a do capitalismo e a do socialismo.

No ideário capitalista o desenvolvimento devia centrar-se nas forças de mercado e este ser regulado pela ação dos agentes econômicos, com o menor grau possível de intervenção do Estado, não considerando o acesso diferenciado das sociedades aos recursos naturais, tecnológicos e econômicos. Contrariando este discurso, a ideologia socialista defen-

dia o acesso igualitário aos recursos disponíveis no meio, cuja regulação e gestão é responsabilidade do Estado. Nos termos de Ribeiro (1991, p.69) “*O desenvolvimento só pode existir através de um arranjo orquestrado de poder político e econômico que leve em consideração um objetivo redistributivo*”.

Ao comentar sobre a questão, Sachs (1986) chama a atenção também para as discussões sobre a utilização dos recursos naturais pelas sociedades modernas, fator que tem provocado profundos desequilíbrios. Entretanto, as discussões no plano teórico não bastam, em face da gravidade dos problemas. A situação requer a instauração de práticas políticas, nas quais a explicação dos futuros possíveis e a escolha dos futuros desejados possam adquirir direitos de cidadania:

A aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é, na realidade uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão...(SACHS, 1986, p. 10).

O autor ressalta, ainda, que aos países subdesenvolvidos cabe o papel de evitar o caminho percorrido pelos países industrializados e a estes é necessário limitar o desperdício de recursos naturais em vias de esgotamento. Além disso, eles devem proporcionar aos “mais pobres” a possibilidade de acessar os recursos, para se promover um crescimento socialmente mais equilibrado³.

A tentativa inicial de instaurar essa prática deu-se em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, quando surgiram as primeiras preocupações de se encontrar alternativas de desenvolvimento que buscassem uma maior racionalidade e equilíbrio entre a utilização do meio ambiente e a existência humana num âmbito global.

Entretanto, foi o Relatório Brundtland, elaborado em 1987, o grande responsável pela propagação do conceito de desenvolvimento sustentável na esfera mundial. Este conceito tal qual proposto no

³ A esse respeito ver Rodrigues (1996).

Relatório teve grande impacto porque combinava duas questões fundamentais quanto à ordem social: a primeira diz respeito à idéia de que o crescimento material é a base do desenvolvimento da sociedade; a segunda é a de que existem procedimentos aceitáveis na relação homem e natureza, ou seja, existem evidências de que essa relação possa ser “reconstruída”.

Nesse sentido, a sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento é amplamente defendida pelo relatório da ONU, o qual propõe a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando a atenção para a necessidade de se adotar uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade das gerações futuras, assim como da sociedade atual, conforme referido por Brüseke (1995). Através das considerações feitas pela referida comissão, a definição de desenvolvimento sustentável seria “... o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (p. 27). O conceito foi aceito na comunidade científica mundial em função de seu caráter abrangente, pois não faz referências diretas aos interesses nacionais.

É justamente o fato de possuir esse *caráter abrangente e democrático* que faz com que as resoluções do Relatório “pequem” no que se refere às críticas à sociedade industrial e aos níveis máximos de consumo e uso das fontes de energia a que esses países deverão ter direito. Além disso, não se posiciona sobre os benefícios a que as nações não-industrializadas terão acesso, apenas faz referência, de modo genérico, ao fato do crescimento sócio-econômico dever atingir todos os países (BRÜSEKE, 1995, p.29).

Foi só, a partir de 1992, no Rio de Janeiro, com a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que a integração entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente passou a fazer parte dos discursos oficiais da maioria dos governos. No processo, instalou-se uma nova filosofia de desenvolvimento, ou seja, a combinação de eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Nesta perspectiva, “... o conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.” (BRÜSEKE, 1995, p. 35).

Portanto, define-se como desenvolvimento sustentável àquele que procura satisfazer as necessidades e aspirações humanas, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, de maneira homogênea, proporcionando à população oportunidades de concretizar as aspirações de uma vida melhor. Ao definir desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland, faz referência ainda a outros aspectos, os quais merecem ser destacados:

É um processo de mudanças no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras;

É um desenvolvimento que mantém possíveis as opções futuras;

É uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento;

É uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto (p.38).

Nos termos de Ribeiro (1991, p.79) este documento “... longe de contestar o crescimento econômico, o coloca como uma solução ao mesmo tempo em que acena a bandeira de um melhor ‘futuro comum’, caso este caminho seja trilhado”.

Considera-se, entretanto, que o conceito de desenvolvimento sustentável está ainda em construção, por requerer uma complexa interligação de fatores. E, é justamente essa “interligação de fatores” que o torna inconsistente, desigual e até mesmo utópico. As boas intenções de seus objetivos, que visam conciliar o crescimento econômico com as questões sociais e a utilização racional dos recursos naturais para que possam ser reduzidas as desigualdades sócio-econômicas, está longe de efetivamente atingir a todas as populações de forma homogênea.

A questão principal é saber quem irá “comandar” esse processo de desenvolvimento? O debate se dará na escala neoliberal, que atribui ao mercado a possibilidade de resolver todos os males da humanidade, inclusive a problemática ambiental? Pois, parece, no mínimo, contraditório que se estabeleça um estilo de desenvolvimento no qual

as sociedades devam ser tratadas igualmente e o condutor desse modelo seja exatamente o “dono” das forças que regem essa sociedade, ou seja, o mercado capitalista. Desta maneira, pressupõe-se que o discurso do desenvolvimento sustentável venha a ficar apenas no campo ideológico. A retórica do desenvolvimento sustentável nada mais é do que a contínua produção de novas mercadorias porque, segundo Rodrigues (1996, p. 85) “... *As contradições estão impressas no espaço deste modo de produção, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis e territórios indesejáveis*”.

2.3 - A agricultura familiar brasileira no contexto da sustentabilidade

Na primeira metade da década de 80, o interesse de instituições públicas de pesquisa, algumas ONGs e Universidades brasileiras, voltou-se para a busca de métodos e técnicas agrícolas alternativas ao padrão da modernização tecnológica, direcionada à produção familiar, objetivando desenvolver sistemas que se adequassem a essa realidade. Um novo enfoque foi dado à produção agrícola. “*Se convino llamar este enfoque también de “visión holística” de la propiedad, como contrapunto a la visión fragmentada del enfoque por producto, originario de la revolución verde*” (SILVA, 1996, p.769). O ambiente interno e externo da propriedade rural passa a ser abordado também do ponto de vista de outros elementos que a compõem, como o econômico, o social, o político, o cultural e o ecológico.

No Brasil, o desenvolvimento de políticas novas para o meio rural que atendessem aos problemas de cunho sócio-ambiental enfrentou resistência dos setores conservadores da sociedade. A questão só passou a tomar forma quando a temática incorporou as discussões internacionais, tornando-se então referência para o desenvolvimento de programas de pesquisa voltados ao atendimento dos problemas relacionados à produção alimentícia e ao equilíbrio do meio ambiente.

No entanto, as ações são insignificantes para garantir um equilíbrio maior na distribuição dos recursos políticos e econômicos que diminua as desigualdades sociais e que venha a se concretizar nas bases de um efetivo desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito à forma como será garantida a conciliação das necessidades de crescimento da produção agropecuária com a preservação do meio ambiente (SILVA, 1996).

As questões relacionadas à busca de um novo padrão de desenvolvimento rural, ou seja, o desenvolvimento sustentável vem se firmando teoricamente, principalmente na dimensão local. As preocupações com o meio ambiente são registradas nos programas de desenvolvimento rural em muitos municípios brasileiros, mas na prática pouca ação tem se concretizado. Por isso, deve-se considerar que esta problemática é eminentemente política. Assim, para que o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar deixe de ser apenas um “desejo” e se transforme em algo efetivo, é necessário não só alterar a base técnica agrônômica, mas principalmente a vontade política, ou seja, permitir o acesso democrático à terra e aos meios de produção. Nas palavras de Campos (1999):

(...) a questão ambiental deve assumir um papel estratégico na configuração das novas metodologias de extensão rural, adequadas ao modelo de desenvolvimento rural auto-sustentável. Nesse sentido, a criação de um novo paradigma para o desenvolvimento rural dos municípios (...) deve levar em consideração a importância da preservação dos recursos naturais, por meio de uma política de gerenciamento ambiental que priorize a criação de novas formas de produção e assegure à agricultura familiar um nível de renda mais justo, ao mesmo tempo em que consolide a preservação e a renovação dos recursos naturais” (p.322).

O padrão de agricultura sustentável tem por objetivo principal “explorar” a natureza e seus recursos, garantindo máxima durabilidade à base desta exploração. A produção agrícola deve minimizar os danos ao meio ambiente, produzindo rendimentos econômicos suficientes para o atendimento das necessidades sociais das famílias envolvidas. Mas isto só poderá ser viabilizado através de políticas públicas.

A exemplo de outros municípios do país que vem, no âmbito local, incorporando a agroecologia como via alternativa econômica e, consequentemente sustentável, Antônio Carlos, também, iniciou-se na produção sem um planejamento prévio, ficando, a cargo dos produtores e de ações restritas de alguns técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri), a propagação das

práticas que priorizam esta questão. Por isso, a capacidade de capital e de gestão da produção certamente fará a diferença para o sucesso ou não desses produtores. Para entendermos um pouco mais essas questões é necessário resgatar a forma como os modelos alternativos de produção, dentre eles a agroecologia, voltam a fazer parte de uma nova realidade do campo brasileiro.

2.4 - O (re) surgimento dos modelos alternativos: a agroecologia

O movimento ambientalista contrário à produção agrícola baseada na utilização de insumos químicos surge no início da década de 20, na Europa e nos Estados Unidos. A partir daí se desenvolveram algumas vertentes consideradas precursoras quanto à utilização da matéria orgânica e de outras práticas favoráveis aos processos biológicos (EHLERS, 1996). Assim, difundiu-se a agricultura orgânica, a biológica, a natural e a agroecologia. Esta última, após 1980, passou a ser utilizada nos EUA e em algumas partes da América Latina, como um conjunto de práticas e técnicas empregadas para desenvolver os agroecossistemas.

A agroecologia, além da regeneração dos sistemas, tem “... o firme propósito de valorizar os aspectos socioculturais da produção agrícola” (EHLERS, 1996, p.74). Por isso, quando se faz referência à agricultura alternativa, todas as vertentes consideradas “rebeldes” ao processo de modernização tecnológica podem ser aí incluídas, porém o caráter da agroecologia é mais abrangente. Apesar disto, os agricultores familiares que adotaram as novas práticas não têm noção ou não sabem que essas práticas fazem parte dos princípios da produção agroecológica, que procura adaptar a atividade agrícola ao meio ambiente. Nas palavras de Altieri (1989) a agroecologia,

...incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura (p.28).

Para o autor, a agroecologia é uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agrossistemas e desenvolver sistemas agrícolas complexos e diversificados, portanto, não é apenas uma prática ou um sistema de produção. A agricultura, baseada nos princípios agroecológicos, fundamenta-se em técnicas naturais complexas. O principal objetivo prático é tornar os agricultores mais independentes dos insumos químicos e reduzir os custos sócio-econômicos e ambientais.

As metas propostas pela agroecologia visam apontar as resoluções para os problemas da sustentabilidade. Em outras palavras, procuram considerar não só as questões tecnológicas, mas também as econômicas e sociais. Mas, na opinião de alguns cientistas, a agroecologia, por si só, talvez não seja suficiente para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. Conforme a proposta de Ehlers (1996) ...

...mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje um anseio, um objetivo. É bem provável que o novo padrão combine práticas e princípios tanto das chamadas vertentes alternativas, como da agricultura convencional, além de novos conhecimentos provenientes da pesquisa agroecológica e da experiência dos agricultores (p.75).

A agroecologia surgiu no Brasil de maneira muito tímida, após os movimentos ambientalistas das décadas de 70 e 80, com a proposta de oferecer saídas para a reparação dos impactos, tanto econômicos como ambientais, causados pelos avanços tecnológicos aplicados na agricultura de padrão industrial. Esta tinha por objetivo “redesenhar” os sistemas de produção que valorizavam a utilização intensiva dos insumos e a ausência da biodiversidade funcional. Alguns autores tratam esta questão como uma ressurgência dos costumes antigos, ou seja, o produtor resgata os conhecimentos ainda disponíveis na memória e restabelece uma relação mais equilibrada entre os recursos naturais e a exploração da produção agrícola. Além disso, a agroecologia passou a representar também, uma opção para os agricultores familiares assolados pelos efeitos da “revolução verde” - dependência tecnológica e endividamento - resultante de financiamentos bancários para desenvolver o processo de produção agrícola.

Antes de analisarmos mais a fundo o desenvolvimento desse processo na área de estudo em questão, faremos uma breve consideração a respeito da importância de tomarmos a unidade de produção familiar como categoria de análise, já que é essa fatia da sociedade brasileira a mais diretamente interessada nos processos de mudança das estruturas de produção e no redirecionamento dos interesses públicos a respeito dos resultados dessas mudanças no cenário social, econômico e ambiental.

3 - A unidade de produção familiar como categoria de análise

No espaço rural brasileiro coexistem muitas categorias de produtores e o segmento familiar é representativo, mas referir-se apenas à produção familiar para tentar explicá-la é generalizar, pois os agricultores não são homogêneos, eles apresentam uma diversidade de características. Neste sentido, torna-se importante trazer à tona questões metodológicas levantadas por alguns autores que chamam a atenção para a dicotomia criada ao se tentar caracterizar as unidades de produção agrícola. Neves (1995, p.21) aponta para o risco de se reduzir a agricultura à apenas dois modelos de produção: a *unidade familiar* e a *unidade capitalista ou empresa capitalista*. Segundo a autora, a visão de empresa capitalista atribui às unidades produtivas características como: trabalho assalariado, apropriação da mais-valia, reprodução ampliada, ações orientadas para aumentar produtividade e rentabilidade. Na unidade familiar, a situação é diferente, predominando o trabalho familiar, com ações orientadas para o atendimento da reprodução familiar. Além disso, por ser proprietário dos meios de produção, o produtor busca autonomia e, para isto, procura minimizar a dependência do mercado.

Esta concepção é reducionista por desconsiderar a heterogeneidade de categorias que se envolvem na atividade agropecuária, ou seja, não leva em conta as especificidades de cada unidade de produção, e elas são visualizadas apenas de maneira contraposta. Neste sentido, à empresa capitalista é atribuída racionalidade econômica e à produção familiar, uma racionalidade social. Para a autora, os dois modelos de produção são aceitos apenas pelo viés da racionalidade econômica, assim “... a racionalidade social, por isso mesma qualificada como camponesa, viceja num mundo supostamente apartado dos valores e das representações que orientam as práticas nas sociedades capitalistas” (NEVES, 1995, p. 22).

É oportuno salientar que a racionalidade social qualificada como “camponesa” talvez possa ser entendida no contexto tradicional da produção para o autoconsumo familiar, sem as influências capitalistas, numa época em que o mercado ainda não estava constituído. Portanto, a agricultura familiar contemporânea apresenta outras características e coexiste com novas relações de produção e trabalho, construídas a partir das mudanças no modo de produção capitalista.

A polarização das concepções e a classificação da unidade familiar, tendo como base as formas de organização de produção, a coloca num patamar de oposição e resistência às leis de mercado e às regras do sistema capitalista, o que não é correto. A unidade de produção familiar sempre privilegiou a coesão da família e sua manutenção, visando primeiramente a reprodução social, mas seria ingenuidade concebê-la como uma categoria isenta das influências do mercado concorrencial, haja vista a inegável interdependência dessas relações.

Também não se pode deixar de admitir que a agricultura familiar passou a utilizar as relações de mercado (ou foi forçada por elas) como estratégia para sua reprodução social. A unidade familiar está subordinada ao mercado e na relação de troca ela se “beneficia” tendo, de um lado, acesso a determinados recursos e serviços, de outro, procurando manter a individualidade e a racionalidade interna, mesmo que nem sempre seja possível alcançar estes objetivos. É pertinente lembrar que existe no meio rural brasileiro uma diversidade de categorias de explorações familiares e suas especificidades devem ser consideradas. Mas é Lamarche (1997) quem simplifica a questão nos devidos termos e ele assim se manifesta:

...independente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção (p.13).

Apesar dessa diversidade de características, torna-se importante explicitar que, para a realidade em questão, o que está sendo

considerado como agricultura familiar⁴ e que servirá de parâmetro para analisar o objeto da pesquisa diz respeito a concepção elaborada por Lamarche (1997) que considera a exploração familiar como “... *uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (p. 15).

Ciente da diversidade de situações existentes na agricultura familiar, esta definição genérica serve de referencial para analisar a produção familiar no município de Antônio Carlos (SC). Parte-se do pressuposto de que o segmento possui uma racionalidade interna, a produção é voltada principalmente para o mercado e o resultado destina-se ao atendimento das necessidades da família. Além disso, a lógica de trabalho é projetada para o futuro, por isso a organização das estratégias de reprodução e a tomada de decisões se processam segundo essa orientação. Mesmo assim, os produtores familiares locais não constituem um grupo social homogêneo. Contém eles próprios toda uma diversidade, diferenciando-se em função das condições de produção existentes, da situação financeira, do grau de mecanização, do nível técnico, da área disponível, dentre outras. O resultado da exploração se reflete na reprodução familiar, e isto sofre variações consideráveis. Neste sentido, os agricultores familiares encontram-se em estágios diferenciados de desenvolvimento.

As transformações operadas na agricultura familiar, decorrentes da especialização do processo produtivo, da modernização e da integração ao mercado não eliminaram seu caráter de organização interna. Ela preserva uma margem da autonomia, mesmo estando modernizada e integrada ao processo global de acumulação do capital. Como lembra Wanderley (1998, p. 42), “... *a produção familiar não pode ser percebida como um mero apêndice, passivo, dos ditames do capital e o produtor familiar não pode ser comparado a um trabalhador em domicílio, portanto, sem nenhuma autonomia...*”. Ao analisar a agricultura familiar moderna, a autora relembra que a integração ao mercado abre o “mundo rural” ao modo de vida urbano. O produtor tem acesso e passa a consumir um conjunto complexo de bens materiais e culturais. O processo se reflete na forma de organizar a produção, e isto conseqüentemente altera o funcionamento interno da unidade familiar.

⁴ Agricultura familiar e exploração familiar serão consideradas sinônimas para a análise do objeto de pesquisa, haja vista a falta de consenso entre os pesquisadores sobre a terminologia.

4 - Agricultura familiar em Antônio Carlos e a agroecologia como alternativa produtiva

Em Santa Catarina, a produção agroecológica é uma realidade, mesmo que incipiente e ainda pouco organizada. Os municípios envolvidos estão distribuídos nas diversas regiões do Estado e ainda não se tem um controle dos índices de produção. Quanto às normas para o controle da produção orgânica, o Estado é regido por determinações estabelecidas por órgãos como o Instituto Biodinâmico de São Paulo (IBD) e a Associação Orgânica de São Paulo, assim como pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina, cuja tarefa é executada pela Epagri. O selo de certificação dos produtos é fornecido pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (FUNDAGRO).

Além das ONGs que atuam no Estado, a Epagri/SC vem se constituindo no maior difusor da produção agroecológica. No entanto, o apoio público ainda é considerado insatisfatório se for considerado o nível de exigências feitas aos produtores agroecológicos, através das diretrizes do Projeto de Produção Orgânica de Alimentos, elaborado em 1997, pela Secretaria da Agricultura e Epagri e certificadoras autônomas, com relação à garantia de produção, ou seja, isenção de insumos químicos. Este é um dos requisitos para que o produtor receba o selo de garantia (DAS/EPAGRI, 1997).

O desenvolvimento da agricultura em Antônio Carlos seguiu os passos comuns à agricultura familiar brasileira e, conforme já referido, esteve sujeita aos efeitos do processo de modernização tecnológica, especializando-se basicamente na produção intensiva de hortaliças em função das especificidades de suas condições climáticas, de solo, relevo, tradição na produção e da proximidade aos importantes centros consumidores do Estado. Mas o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país também proporcionou desequilíbrios sócio-econômicos e ambientais no município. O empobrecimento de produtores provocados pelos altos custos da modernização e, em contrapartida, os baixos preços do mercado, além dos riscos causados por desequilíbrios naturais do ambiente, vêm resultando em busca de alternativas fora do setor agrícola.

Nesse sentido, cabe aqui discutir um pouco as políticas públicas de incentivo à produção agrícola no país que, desde o seu princípio, com raras exceções em função do momento e de situações específicas, privilegiou a grande produção e a grande propriedade, inclusive setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira, sendo a pequena propriedade relegada a segundo plano. Para a agricultura familiar o acesso ao crédito sempre foi reduzido, quando não permeado por exigências e custos excessivamente altos.

Quando, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), este tinha por objetivo avançar em relação às políticas anteriores e promover o fortalecimento da agricultura familiar voltado para a demanda dos trabalhadores e sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações. Conforme o texto do PRONAF, o programa chama para si “o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado” (CARNEIRO, 1997, p.70). Para a autora, o fato do programa ter sido elaborado a partir de referências de experiências européias (França, em particular), o coloca como excludente para a realidade agrícola brasileira, já que, no caso da França, a agricultura familiar foi eleita a forma de produção sobre a qual se implementou a modernização agrícola, diferente do Brasil que teve como base a grande produção e os grandes proprietários.

Dessa forma o PRONAF tem como critério para seleção do público-meta, aquele que se encontra no grupo chamado de *agricultura familiar de transição*, além de ter tido acesso às inovações tecnológicas e ao mercado, ou seja, aprofunda uma política produtivista, sustentada na tecnificação que lhe possibilite não apenas garantir a melhoria nos padrões de vida, mas também reembolsar os investimentos públicos (CARNEIRO, 1997, p.72).

A produção agrícola fomentada no município de Antônio Carlos, principalmente a partir da década de 1960, pode ser visto dentro daqueles *casos específicos* em que o crédito agrícola atingiu uma parcela considerável de pequenos agricultores brasileiros porque, ao governo, interessava criar um sistema de abastecimento interno de alimentos, no caso a produção de hortifrutis nos *cinturões verdes* a fim de atender aos mercados urbanos em plena expansão.

Essa realidade, no entanto, não perdurou entre os produtores de hortaliças do município que passaram a praticar outras formas de auxílio financeiro como poupanças ou empréstimos entre famílias, o que lhes permitiu dar continuidade às atividades agrícolas e, inclusive, se sobressaírem no cenário produtivo estadual, conforme pode ser visto na Tabela 1, onde estão representados os números de alguns dos produtos cultivados no município, em comparação com produção total do Estado.

Tabela 1 – Produção de hortaliças (t) para Santa Catarina e Antônio Carlos

Produto	Santa Catarina	Antônio Carlos
Abobrinha Verde	2.018.814	45.400
Acelga	95.893	45.730
Agrião	478.184	311.110
Berinjela	441.180	233.061
Beterraba	12.959.502	2.214.867
Brócolis	1.177.431	637.915
Cebolinha (folha)	934.154	396.248
Cenoura	19.146.655	3.373.892
Chuchu	9.943.049	1.184.136
Coentro	3.935	3.220
Couve	2.630.036	406.605
Espinafre	293.742	235.85
Pimentão	18.430.570	562.719

Fonte IBGE: Censo Agropecuário/1995-96

O sucesso produtivo do município mostra que os agricultores de Antônio Carlos não são privilegiados em relação aos demais agricultores familiares brasileiros no que diz respeito ao acesso aos incentivos públicos, como poderia se pensar num primeiro momento.

A forma encontrada para se manter competitivo no mercado e impulsionar o incremento da produção veio através da incorporação de atividades não agrícolas ao complemento da renda familiar. É o caso do turismo de lazer, quando alguns produtores rurais passaram a usar parte de suas terras na construção de parques aquáticos que servem como espaços de lazer para turistas de fim de semana. Neles, parte da família ou toda ela se dedica ao trabalho acessório, além de proporcionar alguns empregos, principalmente a filhos de outros agricultores. Esta atividade tem se difundido entre os agricultores mais capitalizados e vem, em alguns casos, substituindo totalmente a atividade agrícola.

Mas o uso da pluriatividade⁵, como forma complementar de renda, é tido como critério de exclusão no que se refere ao PRONAF. Este impõe que o “verdadeiro agricultor”, que é o que tem direito ao auxílio, deve ser aquele que tem capacidade de encontrar na atividade agrícola, pura e simples, a fonte única da renda familiar. Segundo Carneiro (1997)

“... instituir o “bom” agricultor como aquele que aufera a renda familiar quase que exclusivamente da atividade agrícola, implica excluir as possibilidades de combinar a agricultura com outras fontes de renda que, em alguns casos, são indispensáveis à continuidade da própria atividade agrícola e, portanto, fundamentais para retenção da mão-de-obra no campo” (p.79).

Derivada dessa capacidade do pequeno produtor em ampliar as atividades, criando alternativas à expansão da produção, vem se destacando no município a produção agroecológica de hortaliças. Esta atividade começou a se desenvolver a partir de 1997 através do incentivo da rede de supermercados Angeloni de Florianópolis, quando um agricultor iniciou a conversão da produção baseada na utilização intensiva de agrotóxicos para a agroecologia. Atualmente cerca de dez agricultores do município estão em processo de conversão e alguns já podem ser considerados produtores agroecológicos por atenderem as diretrizes estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. Com a ampliação do mercado consumidor, na

⁵ “A prática de uma atividade econômica fora da agricultura, como uma forma de manutenção ou ampliação da renda familiar, tem sido criticada por alguns e apontada por outros como uma solução ao problema da superprodução agrícola e da preservação ambiental” (SCHNEIDER, 1994, p.110).

última década se constituiu no Brasil, com a produção agroecológica, um novo nicho comercial, despertando o interesse dos supermercados e também dos produtores. Para estes últimos, surgiu a possibilidade de recuperar a renda que vinha sendo reduzida nos últimos anos.

É claro que o percentual de produtores do município envolvidos nessa atividade ainda é muito pequeno se considerarmos os 715 estabelecimentos agrícolas (IBGE, 1995), mas o que deve ser levado em consideração é a forma como essa opção produtiva vem transformando a expectativa do produtor que vê, na produção orgânica, a forma de continuar inserido no mercado. Através da Tabela 2 pode-se ter idéia da gama de oferta dos produtos agroecológicos, cuja tendência tem sido de expansão da oferta.

Tabela 02 - Produtos orgânicos cultivados em Antônio Carlos/2001.

01	Abóbora	11	Coentro*	21	Mostarda
02	Acelga	12	Berinjela	22	Nabo
03	Agrião	13	Beterraba	23	Pepino
04	Aipim	14	Brócolis	24	Pimentão
05	Aipo/Salsão*	15	Cebolinha Verde	25	Rabanete
06	Alface	16	Couve Chinesa	26	Radiche
07	Alho Poro	17	Hortelã*	27	Rúcula
08	Batata doce	18	Jiló*	28	Salsa
09	Cenoura	19	Manjericão*		
10	Chicória	20	Milho Verde		

Fonte: Pesquisa de Campo/2001.

Contudo a transição da agricultura, assentada no padrão da revolução tecnológica, para a produção agroecológica, não é um processo simples e esta tem sido a maior dificuldade dos produtores. O agricultor é obrigado a retomar algumas práticas antigas, combinar práticas novas e preparar a família (principal fonte de mão-de-obra) para as mudanças,

ao mesmo tempo em que continua envolvido com os cultivos baseados em insumos químicos, praticados em áreas à parte. A transição não é rápida, demora em média três anos e o acesso ao selo de certificação que garante a qualidade da produção orgânica tem se tornado uma tarefa árdua. Para os mais capitalizados, esta tem sido uma dificuldade mais fácil de ser transposta, pois o investimento que, no princípio, é alto pode garantir mais rapidamente a inserção do produtor no mercado.

Com relação aos atores políticos envolvidos, ressalta-se, mais uma vez, que o Município carece de incentivos (principalmente os diretamente aplicados na produção orgânica), bem como da participação de estruturas não-governamentais que normalmente tem substituído o poder público estadual no desenvolvimento de alternativas da produção. Assim, fica praticamente a cargo do próprio produtor a iniciativa de encontrar alternativas e nelas investir com recursos próprios. Isto demonstra, mais uma vez, as condições em que se encontra a agricultura familiar no Brasil. Ela não está sendo contemplada ou está à mercê das péssimas políticas públicas, o que dificulta a continuidade da atividade e, conseqüentemente da reprodução familiar.

Vale salientar que, ao adotar a prática de produzir sem insumos químicos, o agricultor não o faz por ter a exata noção do que significa a agroecologia, mas sim porque esta surge como uma alternativa para contornar as dificuldades econômicas.

5 - Considerações finais

A lógica que predomina na sociedade atual é a de que os métodos utilizados pela revolução verde e agora pela revolução biotecnológica são os únicos capazes de resolver a questão da produção de alimentos no mundo.

A necessidade de se reverter os investimentos públicos e privados para a produção de alternativas tecnológicas carrega um forte caráter social. Neste sentido, deveria alcançar um número muito maior de produtores menos capitalizados e que não tem acesso à biotecnologia, mas que vê nesta forma de desenvolvimento uma nova possibilidade de reprodução enquanto unidade familiar.

Além disso, a ciência agroecológica, como muitos autores tem se referido, busca investir na possibilidade de se desenvolver agroecossistemas sustentáveis que possam dar aos produtores maior

autonomia sócio-econômica e contribuir para diminuir os desequilíbrios no meio ambiente.

Conforme Rousset (2001), não há sentido em tratar as questões ecológica e social de forma independente. Portanto, as aplicações dos princípios sustentáveis, via agroecologia, deve combinar estas duas exigências: de um lado, responder às necessidades sociais, seja com relação à problemática da produção de alimentos, seja para diminuir as desigualdades no campo; e de outro, contribuir para responder aos danos ecológicos, tanto os que foram criados no passado, como os que surgirão no futuro.

A construção teórica e a análise da produção agroecológica no município de Antônio Carlos podem contribuir para o esclarecimento de muitas questões que norteiam o debate acerca dos problemas que envolvem o campo brasileiro. O assunto não foi esgotado e requer novas pesquisas.

A agroecologia e o desenvolvimento sustentável, enquanto modelo de desenvolvimento, ainda encontra-se em construção, tanto no plano teórico como no plano prático, por isso mesmo, esta alternativa requer maior envolvimento da sociedade e apoio dos órgãos públicos em diferentes escalas. Porque, como diz Altieri (1989, p. 28), a agroecologia “... foca não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) e implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura”.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 29-40.

CAMPOS, G. L. R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar, realidades e perspectivas*. 2.ed. Passo Fundo: IDIUPF, 1999, p. 317-333.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p.70-82, 1997.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 175p.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, 1997. 334p.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas (SP), v.25, n. 2 e 3, p. 21-36, maio/dez. 1995.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia / utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo (EDUSP), 1991, p.59-101.

RODRIGUES, A. M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. *Revista Terra Livre*, AGB, São Paulo, n. 11-12, p. 77-90, 1996.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. 204p.

SACHS, I. Rumo à segunda revolução verde? In: SIMPÓSIO NACIONAL: O SOL É NOSSO: PERSPECTIVAS DE ECODESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL, I., 1994, Florianópolis. *Anais do Simpósio Nacional: o sol é nosso: perspectivas de ecodesenvolvimento para o Brasil*. Florianópolis (UFSC), 1994. p.21-25.

SALAMONI, G. *Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana - Pelotas (RS)*. Rio Claro (SP), 2000. 331p. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, UNESP/Rio Claro SP.

SDA/EPAGRI. *Diretrizes do projeto de produção orgânica de alimentos*. Florianópolis, set. 1997. (mimeo).

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, Campinas (SP), v.24, n. 3, p.106-131, 1994.

SILVA, C. A. da. La trayectoria del desarrollo rural sostenible en el Brasil. In. COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL, VIII., 1996, Jaca, *Anais do Coloquio de Geografía Rural*. Jaca (Universidade de Saragoza), 1996. p.765-776.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura* (org.) Curitiba: Editora da UFPR, 1998. 275p.